



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DIMAS RAMALHO - DD.  
CONSELHEIRO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO  
PAULO.**

**Ref.: TC - 4546.989.18-7 – Exercício de 2018**

**Prefeitura Municipal de Monte Mor**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR,**  
vem à presença de Vossa Excelência, por seus procuradores que esta  
subscrevem, com o devido acatamento, não se conformando com a r. decisão  
exarada nos autos em epígrafe, que trata das Contas Municipais do exercício  
de 2018, apresentar **PEDIDO DE REEXAME**, com fundamento nos artigos 70 e  
71 da Lei Complementar n°. 709/93, pelos motivos de fato e de direito a seguir  
articulados:

O processo em tela trata do exame das Contas  
Anuais do Município de Monte Mor, relativas ao exercício de 2018,  
devidamente analisadas pelos órgãos técnicos desse Egrégio Tribunal.

Conforme será demonstrado ao longo deste Pedido  
de Reexame, não subsistem as razões que ensejaram a desaprovação das  
contas relativas ao exercício de 2018, anulando-se, por conseguinte, a decisão  
anteriormente prolatada, para o fim de emitir Parecer Favorável à sua  
aprovação.

## **DA REDAÇÃO DO ARTIGO 22 DA LEI DE INTRODUÇÃO AS NORMAS DE DIREITO BRASILEIRO (LINDB)**

A introdução da matéria contida no art. 22<sup>1</sup> da LINDB trouxe novo paradigma para análise da gestão dos gestores públicos no Brasil, não sendo mais possível, quando da análise pelos Órgãos de Controle, que o julgador não leve em consideração, quando de sua decisão sobre os diversos pontos afetos a administração pública, o contexto fático geral que vivenciava o Gestor no momento da tomada de suas decisões.

Nessa linha verifique-se que mesmo com todas as dificuldades relatadas em sede de manifestações pretéritas experimentadas por este Gestor na oportunidade, até mesmo com o resultado financeiro negativo, os dados extraídos do relatório da fiscalização, evidenciam a regularidade e a responsabilidade do município no trato da coisa pública; o bom uso dos recursos públicos pagos pelos contribuintes e o cumprimento do ordenamento jurídico vigente, razão pela qual, desde já, pede-se, respeitosamente, que tais resultados seja, levados em consideração.

Isso porque, diante da inovação trazida por tal dispositivo, pede-se venia, para que Vossa Excelência analise toda a conjuntura que se encontrava o Município naquele momento, conforme relatado e demonstrado em manifestações pretéritas a presente.

### **PRECATÓRIOS**

Quanto aos precatórios, quando da Fiscalização apurou-se que a Administração não recolheu o valor devido no exercício, o que ensejou o DEPRE a determinar o sequestro de R\$1.838.309,76, atrelado ao valor de R\$1.750.786,31, cujo montante correspondente a 1% da Receita Corrente Líquida do ente, o Regime Especial no qual se enquadrava o município no exercício de 2018.

<sup>1</sup> Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente. [\(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018\)](#)

§ 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente. [\(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018\)](#)

§ 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato. [\(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018\)](#)

Não obstante ao apurado pela N. Fiscalização no exercício de 2018, trazemos ao conhecimento de Vossa Excelência que Segundo o Termo de Compromisso assinado em 10/09/2019, foi celebrado o parcelamento em 63 parcelas mensais, a partir de setembro de 2019, mediante depósito na conta vinculada ao TJSP, para pagamento de precatórios (Processo DEPRE nº 9000249-25.2015.8.26.0500/03) (doc. anexo) Ou seja, a partir do mês de setembro de 2019 a Prefeitura iniciou os depósitos correspondentes ao percentual de 1% da RCL, cuja alíquota foi estabelecida a partir de janeiro de 2019 pelo E. TJSP.

Além disso, o Município de Monte Mor vem efetuando os depósitos correspondentes aos valores das parcelas do Termo de Compromisso e do correspondente mensal ao 1% da RCL, relativos ao mês de setembro/2019, evidenciando regularidade no compromisso com precatórios.

Como se vê, encontra-se em situação de adimplência no que se refere ao pagamento de precatórios além de encontrar-se em dia com os pagamentos devidos a esse título quanto ao exercício de 2018, todas as medidas necessárias à quitação dos precatórios estão sendo adotadas, ressaltando-se, mais uma vez, que apensar das ocorrências informadas pela Fiscalização, todas as medidas foram adotadas para a total regularização do pagamento de precatórios do Município, nada havendo de concreto para que se possa afirmar que a quitação até 2024 está comprometida.

Diante das razões acima, verifica-se que o Município de Monte Mor procedeu à regularização de sua totalidade quanto às pendências relativas ao cumprimento dos depósitos mensais, destinados ao pagamento de precatórios pelo regime especial, nos termos das Emendas 62/2009, 94/2016 e aperfeiçoada pela Emenda 99/2017.

Nesse sentido, há precedentes favoráveis nesta E. Corte, em situações análogas, indicando a possibilidade de relevação da impropriedade, tendo em vista possuir a Prefeitura recursos suficientes para

quitação do débito, tratando-se apenas de desacerto de ordem operacional, a exemplo do decidido nos processos TC-2415/026/15 – Prefeitura de Piratininga – exercício de 2015, TC-2226/026/15 Prefeitura de Pindorama, exercício de 2015, e TC-3983.989.16 Prefeitura de Nova Campina, exercício de 2016.

Decisões mais recentes, caminham no mesmo sentido, TC-6675.989.16 – Prefeitura de Lindoia, TC-4536.989.18-9 – Prefeitura de Jaguariúna. Considerando tais fatores, além de não vislumbrar a hipótese de má-fé por parte do Administrador, temos que a falha possa ser relevada, a exemplo dos precedentes desta Colenda Corte de Contas, razão pela qual requer seja adotado o mesmo entendimento.

#### **PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS.**

Quanto aos débitos previdenciários, importante se faz destacar que a Prefeitura de Monte Mor efetivou os acordos de parcelamentos previdenciários referentes ao Regime Próprio da Previdência Social – RPPS, e com o Regime Geral da Previdência Social – RGPS, conforme comprova a documentação anexa. Destaque-se que esse Egrégio Tribunal Bandeirante através de sua Secretaria Diretoria Geral (SDG) expediu Nota Técnica de nº 135/17, de 17/05/2017, subscrita pelo Eminentíssimo Secretário-Diretor Geral, Dr. Sérgio Ciqueira Rossi, instruindo os r. Órgãos Técnicos dessa Colenda Corte de Contas, a não mais formularem seus pareceres no sentido de que o parcelamento de dívida referente aos encargos sociais seja causa determinante para reprovação das contas anuais, até mesmo pela entrada em vigor da Medida Provisória de nº 778, de 16 de maio de 2017, convertida na Lei Federal 13.485/2017.

A jurisprudência desta Corte se consolidou no mesmo sentido a exemplo do TC – 6702/989/16.

Verifica-se, portanto que os parcelamentos realizados por este Município, facultou a regularização dos recolhimentos

previdenciários, fato esse atestado pela Fiscalização no relatório do 2º Quadrimestre do exercício de 2019 no processo TC-4887.989.19 as fls.7 e 8, vejamos: “Conforme documentos juntados às fls. 18/19 e 23/24 do Anexo 06 e verificação in loco, no que se refere aos parcelamentos, não há prestações em atraso junto ao RPPS e ao RGPS no exercício fiscalizado.”

Desta forma, verifica-se que todos os valores apontados pela r. Fiscalização foram objeto de parcelamento e fora concedido ao Município o direito a obtenção da competente CERTIDÃO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA – CRP que segue anexada.

Assim, em que pese o atraso no recolhimento de encargos sociais configurar conduta inadequada da Administração, a jurisprudência desta Corte de Contas tem excepcionalmente relevado tal falha, na hipótese em que se verifica que o gestor providenciando o parcelamento da totalidade da dívida, ao invés de permanecer inerte frente à impropriedade.

Nesse sentido, cabível a exceção ao princípio da anualidade, para o fim de se relevar a impropriedade, com advertência para que a Prefeitura cumpra rigorosamente o pagamento dos parcelamentos nos respectivos prazos de vencimento.

No mais, não há apontamentos suficientes, isto é, graves e insanáveis presentes na oportunidade que possuam o condão de macular as contas da Prefeitura Municipal de Monte Mor referentes ao exercício de 2018.

#### **DA NOVA INTERPRETAÇÃO DESTA CORTE QUANTO AO DEFICIT FINANCEIRO.**

Com relação ao resultado apurado, ainda que não tenha ocorrida a realização das receitas estimadas no decorrer do exercício, o Município realizou todos os esforços em reduzir suas despesas, entretanto, o

fez no limite de não prejudicar e comprometer a primordial obrigação e a própria essência das funções públicas, o atendimento à população.

Cumpre ainda asseverar que o aumento da dívida de curto prazo se deu por aumento de despesas obrigatórias, que não podem ser adiadas; já a dívida de longo prazo está atrelada a contratos de financiamento e parcelamento que vêm sendo honrados religiosamente por esta Gestão. Considerando todo o exposto, ao analisarmos a despesa realizada pelo Município resta claro o esforço da Municipalidade em contingenciar as despesas administrativas e até mesmo de investimentos, priorizando o atendimento direto da população, em áreas e serviços essenciais, como saúde, coleta de lixo, limpeza urbana e as atividades de segurança pública, cujos serviços foram crescentes nos últimos anos.

Nesta senda, com a crise que aflige o país, há aumento da demanda pelos serviços públicos, demanda essa que não depende exclusivamente do aumento da oferta de serviços, mas sim da situação social que os Municípios veem enfrentando.

As medidas discurridas demonstram que os esforços ao alcance do administrador público municipal foram devidamente adotados com a fim precípua de incremento da arrecadação municipal, de redução de despesas, sem comprometer, entretanto, o atendimento público.

Todavia, mister salientar que os recursos decorrentes de outras esferas - estadual e federal, tanto de transferências correntes e de capital, que constituem grande percentual da receita global municipal, que não tiveram recuperação até 2018, inquestionavelmente, impactou a execução financeira, cujo fator está além da alçada do administrador municipal.

Registre-se que o resultado financeiro, resultado da execução de 2018 visou redução de despesas, mas prezou pela manutenção do \_atendimento e, ainda, pela melhoria da qualidade dos serviços públicos,

sempre em busca de atendimento aos objetivos básicos do Estado fixados pela Constituição Federal.

Ademais, todas as despesas realizadas pelo Município não podem ser caracterizadas como prejuízo para o erário, já que as estas se reverterem em serviços públicos em prol da comunidade.

De tal sorte, data venia, espera e acredita que deva ser considerado todo o, exaustivamente, exposto, restando demonstrado que este Município encontra-se na busca incessante do equilíbrio das contas públicas, sem comprometer, entretanto, a boa prestação de serviços à população, requerendo, desde já, seja exarado Parecer Favorável às contas do exercício de 2018 do Município, quanto a tal aspecto.

Por fim, importante se faz destacar a nova interpretação adotada por essa Egrégia Corte de Contas acerca do déficit orçamentário. Em sessão do Tribunal Pleno dessa Corte, ocorrida no dia 05/12/2018, 2 (duas) foram as decisões favoráveis à aprovação das contas de Municípios que detinham déficits financeiros superiores a 30 (trinta) dias da RCL.

Nos autos do TC – 2216/026/15 que trata do exame relativo as Contas Municipais do Município de Nova Odessa – exercício 2015 - o Pleno desse Tribunal relevou déficit financeiro superior a 34 (trinta e quatro) dias da RCL daquele Município. Já nos autos do TC – 2383/026/15 que trata do exame relativo as Contas Municipais do Município de Marília, o déficit financeiro apurado foi superior a 52 (cinquenta e dois) dias da RCL daquele Município, sendo que a maioria do Pleno desse Tribunal votou favorável à aprovação das Contas

Mais recente, foi a decisão proferida no TC4530.98.18 do Município de Iguape que apesar de alguns problemas destacados no exercício de 2018, o município apresentou melhoras, levando-se em consideração todo o conjunto de números e resultados do município.



Nessa linha, requer-se seja aplicado para o exame das contas municipais em análise a jurisprudência recente dessa Egrégia Corte de Contas Bandeirante acerca do tema, até mesmo em virtude da aplicação da Teoria da Aplicação da decisão mais benéfica ao gestor público.

## **CONCLUSÃO**

Conforme restou demonstrado ao longo deste Pedido de Reexame e por tudo mais que dos autos constam, a decisão anteriormente prolatada merece ser modificada, para o fim da emissão de Parecer Favorável à aprovação das contas do exercício de 2018 da Prefeitura Municipal de Monte Mor por ser medida de direito e de Justiça!

Isto posto, não prevalecendo qualquer fato ou ato que possa merecer entendimento contrário por parte desse Conspícuo Tribunal, o posicionamento acerca da matéria deve ser revisto, por não subsistirem irregularidades que possam comprometer a emissão de parecer favorável à aprovação das Contas Municipais apresentadas.

Termos em que,  
Pede e espera deferimento.

São Paulo, 23 de novembro de 2020.

Rosely de J. Lemos  
OAB/SP nº 124.850

José Américo Lombardi  
OAB/SP 124.850